

PROJETO TRILHAS DE FUTURO: UMA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA PARA A OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Danielle Ferreira de Souza – Universidade de Brasília – danielle.fsouza@gmail.com

Introdução

O tema deste resumo é um recorte da minha pesquisa de doutorado em Educação e tendo como linha de pesquisa políticas públicas e gestão da educação na Universidade de Brasília (UNB).

Como objeto de investigação, elegi o Projeto Trilhas de Futuro, que trata do 5º itinerário formativo inserido nas políticas públicas do novo Ensino Médio (NEM) pelo governo do Estado de Minas Gerais com o objetivo de oferecer aos estudantes a Educação Técnica e Profissional (EPT) e está regulamentado no Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) e nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio DCN-EM (2018), em vigor.

Para analisar o Projeto Trilhas de Futuro, parte-se do Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) e das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio DCN-EM (2018) e dos editais do projeto Trilhas de Futuro para alcançar quais foram as parcerias público-privadas realizadas pelo governo do Estado de Minas Gerais para viabilizar o 5º itinerário formativo previsto nas orientações oficiais para a Educação Técnica e Profissional.

Tomando como ponto de partida a Base Nacional Comum Curricular (BNCC-2018), o estado de Minas Gerais elaborou o Currículo Referência do novo Ensino Médio - CRMG, com o objetivo de nortear as ações da secretaria Estadual de Educação (SEE-MG) e da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Minas, estabelecendo, assim as diretrizes e os conteúdos que devem ser trabalhados nas escolas públicas e privadas do estado nessa etapa de ensino.

O Currículo Referência de Minas Gerais foi elaborado pela Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG) e serve como base para a elaboração dos currículos e planos de ensino das escolas. Ele define competências gerais que os estudantes devem desenvolver ao longo do ensino médio, como a capacidade de compreensão dos fundamentos científicos, a participação ativa na vida pública e a construção de uma identidade pessoal e coletiva. O documento indica também quais unidades temáticas, objetos de

conhecimento e habilidades específicas que os alunos devem adquirir nas diferentes áreas do conhecimento, mas que restringe o trabalho do professor já que esse é um documento obrigatório usado nas escolas públicas.

Este documento serve como um ponto de partida para a construção de projetos pedagógicos que estejam alinhados com as diretrizes educacionais de Minas Gerais e tem sido implementado gradativamente nas escolas públicas estaduais e facultativo nas escolas particulares deste estado. O currículo, além da formação geral básica, deve oferecer aos alunos os itinerários formativos, que atendam à proposta de implantação do novo Ensino Médio no Estado de Minas.

O projeto Trilhas de Futuro foi criado pela Secretaria de estado de educação do Estado de MG e implementado por meio de parcerias com universidade privadas, escolas profissionalizantes, empresas privadas e SENAI com o objetivo atender ao 5º itinerário formativo previsto na BNCC e no CRMG, ou seja, oferecer EPT para que o egresso do Ensino Médio seja inserido no mundo do trabalho.

Embora a legislação educacional brasileira institua que a Educação Básica seja dever da família e do Estado e de oferta e financiamento público (art. 205 e 206), o 5º itinerário formativo que compõe a proposta do novo Ensino Médio, exige um elevado nível de investimentos, que não está previsto nas dotações orçamentárias¹ para a educação, o que impõe aos governos estaduais a busca de parcerias atender a essa exigência.

A inviabilidade financeira de atender à proposta de imediato, no que se refere à estrutura física e de gestão de pessoas preparados para oferecer esse itinerário, inspirou a criação do Projeto Trilhas de Futuro, que prevê parcerias com instituições de ensino técnico e profissional pública ou privada no contraturno das escolas estaduais, com o objetivo de formar a força de trabalho especializada que atenda às necessidades do mercado.

A partir desse cenário, de forma explícita ou velada, observei a relação de interesses que essas instituições podem exercer na formação dos alunos inseridos no novo ensino médio. Assim, desenvolvi esta investigação, que teve como problema de pesquisa,

¹ Estudo do orçamento anual desde a implantação do CRMG para verificar as especificidades referente à implantação dos Itinerários formativos e se há dotação orçamentária específica para a implementação da formação proposta.

que implicações podem surgir da parceria público-privada entre o governo de Minas Gerais e as instituições e empresas para atender a força de trabalho que o mercado necessita na cidade de Montes Claros/MG.

Desenvolvimento

Para definir um caminho metodológico mais adequado para o alcance do objetivo busquei uma abordagem qualitativa, que se justifica pelo caráter interpretativo e dialógico.

Na pesquisa qualitativa, a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto. Nesse sentido muitas decisões foram tomadas no caminhar da investigação o que exigiu um estudo do percurso do Ensino Médio no período de 2013 e 2023.

Conforme Pádua (2016), toda pesquisa tem uma intencionalidade assim, investiguei a presença de interesses empresariais no projeto Trilhas de Futuro no Novo Ensino Médio de Minas Gerais para Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A pesquisa teórica foi construída a partir de um levantamento bibliográfico de referências teóricas em que constam a historicidade do Ensino Médio no Brasil; Reforma do Ensino Médio, Lei 13.415/17, com o intuito de conhecer, estudar e pesquisar o que já foi produzido sobre o objeto a ser estudado. O objetivo da pesquisa teórica configurou um quadro referencial para orientar a investigação e nossas análises.

A análise documental teve como objetivo levantar dados e informações sobre o Ensino Médio e sobre a oferta de Educação Técnica e Profissional.

O resultado deste trabalho propiciou a construção de um arcabouço teórico sobre a oferta de Educação Técnica e Profissional em Minas Gerais numa perspectiva histórica e sociológica.

Conclusão

A partir das investigações realizadas foi possível perceber que a Educação Técnica e profissional no estado de Minas Gerais tem se mostrado incipiente e não tem atendido aos anseios dos egressos. Primeiramente, porque não há muitas opções de escolha para os alunos interessados e segundo porque não há uma pesquisa prévia para saber quais as áreas em que há maior interesse. E aí, as escolas contratadas oferecem o que elas podem e querem oferecer. O que deveria ser planejado e executado na escola,

articulado com o ensino médio visando uma educação integral, passa a ser um curso a parte.

O que pode ser observado ainda é que os locais de oferecimento dos cursos são totalmente fora da área da escola e da residência dos alunos, o que gera gastos com transporte e lanches, que muitas famílias não têm condições de arcar, e mais uma vez, os menos favorecidos são os mais prejudicados. São muito poucos alunos que têm aderido ao Projeto Trilhas e as vagas remanescentes desses editais têm sido reofertadas várias vezes sem sucesso.

Além disso, as parcerias público-privadas não têm sido adequadamente acompanhadas para se obter resultados relevantes na preparação de jovens para o mercado de trabalho, o que dificulta a obtenção de dados.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Câmara da Educação Básica. Resolução CNE/CP nº 01, de 05 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em 19 de julho de 2023.

DAYRELL, J., CARRANO, P. e MAIA, C. Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 1997.

KRAWCZYK, Nora. Uma Roda de Conversa sobre os desafios do Ensino Médio. In: LESSARD, C. (Orgs). O Ofício de Professor. Histórias, Perspectivas e Desafios Internacionais. 3. ed.. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 200-216.

MINAS GERAIS. Currículo Referência de Minas Gerais. Minas Gerais, 2018.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. Metodologia da Pesquisa: Abordagem teórico-prática. 18º ed. Campinas, São Paulo. Editora Papirus, 2016.

SILVA, Abádia Maria. A contrarreforma do Ensino Médio – Lei 13.415/2017: educação de resultados? Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/3257/3279> . Acesso em fev. 2024.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa e Educação. 1ª Ed. [25ª reim.]. São Paulo: Editora Atlas, 2019.